

PAISAGEM CULTURAL BRASILEIRA E DESAFIOS DE GESTÃO: ESTUDO DE CASO DOS NÚCLEOS RURAIS DE TESTO ALTO E RIO DA LUZ (SC)

LUCIANA DE CASTRO NEVES COSTA¹; SIDNEY GONÇALVES VIEIRA²

¹Universidade Federal de Pelotas – lux.castroneves@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – sid_geo@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

A noção de paisagem pode ser definida como o “conjunto de formas que, num dado momento, expressam as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza” (SANTOS, 2002, p. 103). Ao mesmo tempo em que a paisagem é espacialmente definida e modelada pelas transformações naturais e pela presença humana, ela é, principalmente, objeto de um sistema de valores construído historicamente e apreendido diferentemente no tempo e no espaço, pela ação humana (LUCHIARI, 2001). Podemos afirmar, assim, que a paisagem é do domínio do cotidiano, de vivência e convivência das pessoas com as formas que, conforme FONT (2010), encarnam as experiências e aspirações pessoais, enquanto centros de significado, enquanto símbolos que expressam emoções, constituindo-se não apenas em uma forma como o mundo apresenta-se, mas igualmente, como uma forma de ver e conceber o mundo.

Seria a partir do caráter de herança, de história materializada entre ser humano e meio ambiente na coexistência do passado e do presente por meio das formas, que lhe conferem identidade, que a paisagem seria adotada na esfera das políticas patrimoniais, constando em cartas e convenções patrimoniais e vindo a consolidar-se como tipologia de bem patrimonial em 1992, na UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), com sua inclusão na Lista do Patrimônio Mundial. No Brasil, a paisagem (apesar de já constar na política patrimonial brasileira desde a criação do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, como “conjunto paisagístico” ou “paisagem natural”) irá consolidar-se no rol de instrumentos de preservação a partir da Portaria 127, de 30 de abril de 2009, que define Paisagem Cultural Brasileira como uma “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (BRASIL, 2009, p. 17).

Ao concebermos a paisagem como resultado de uma transformação coletiva da natureza, isto é, a projeção cultural de uma sociedade em um espaço determinado, devemos aceitar seu intrínseco caráter dinâmico (FONT, 2010; LUCHIARI, 2001). Da mesma forma, ao incluir neste entendimento a questão das marcas (materialidade dos bens) e valores (atribuídos), a noção de paisagem busca congrega características do patrimônio material e intangível (que possuem como instrumentos de preservação respectivamente o tombamento e o registro). Entretanto, vista a partir de uma ótica de preservação patrimonial, lidar com a dinamicidade da paisagem torna-se um desafio, visto que o cerne conceitual da categoria de Paisagem Cultural baseia-se na relação entre sociedade e meio ambiente, em formas de uso desta paisagem. Para garantir a preservação das paisagens adotou-se como estratégia e ferramenta a gestão compartilhada entre poder público, iniciativa privada e sociedade civil, por meio de um Pacto de Gestão, que envolva a multiplicidade de atores que influem direta ou indiretamente na paisagem certificada. Se a ideia do pacto já advém da

experiência da UNESCO, por meio do Plano de Gestão exigido como requisito na candidatura de sítios à inclusão na categoria de Paisagem Cultural na Lista do Patrimônio Mundial, sua implementação não se torna menos problemática.

Neste sentido, a presente reflexão visa discutir os desafios de gestão da única Paisagem Cultural Brasileira chancelada até o momento, os núcleos rurais de Testo Alto (Pomerode) e Rio da Luz (Jaraguá do Sul), no Estado de Santa Catarina, a partir da utilização do pacto como instrumento de preservação.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho (parte de um projeto de pesquisa em desenvolvimento) baseia-se em pesquisa bibliográfica e documental, além de protocolo de observação e realização de entrevistas semi-estruturadas junto à Superintendência do IPHAN em Santa Catarina.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o momento, apenas uma Paisagem Cultural Brasileira fora chancelada, e envolve os núcleos rurais de Testo Alto (município de Pomerode) e Rio da Luz (município de Jaraguá do Sul), no Estado de Santa Catarina. A área integra os Roteiros Nacionais da Imigração, e foi tombada em 2007 no Livro do Tombo Histórico e Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Tais núcleos rurais registram, em sua(s) paisagem(ns), a influência da imigração alemã na região, caracterizados por minifúndios e edificações de função residencial, religiosa, comercial, recreativa e educacional, ao longo de estradas rurais, que configurariam um tipo de urbanismo disperso e linear que caracteriza a ocupação espacial das regiões de imigrantes no Sul do Brasil (IPHAN, 2007). Envolve predominantemente casas com a técnica enxaimel, com pomares e hortas, criação de animais domésticos, igrejas, salões de baile e clubes de caça e tiro, além da consideração de elementos como a língua, práticas culturais locais vinculadas à gastronomia, uso de carroças, entre outros, e recebeu chancela de Paisagem Cultural Brasileira em 2011.

A sobreposição de instrumentos de preservação – tombamento e chancela – dificulta uma compreensão clara dos efeitos da categoria de Paisagem Cultural Brasileira no sítio assim certificado. A falta de um Pacto de Gestão¹ específico para os núcleos rurais indica ainda a noção de Paisagem Cultural como um selo de reconhecimento (mas com ainda limitado alcance no que se refere à sua preservação), tendo em vista que as restrições visando minimizar a descaracterização destas áreas provocadas pelo avanço da urbanização (principalmente em Jaraguá do Sul) tem sido possível em função dos efeitos advindos do tombamento. Neste sentido, de acordo com Weissheimer (2012), o que ainda se está a preservar não é a paisagem em si, mas sim os valores paisagísticos (cênicos) do sítio chancelado. E, nesse caso, diferente do esperado no delineamento da política de Paisagem Cultural, reproduz-se uma postura presente desde cartas e convenções patrimoniais com relação à paisagem.

¹ Fora estabelecido um Acordo de Cooperação entre Ministério da Cultura, IPHAN, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Turismo, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa de Santa Catarina (SEBRAE), Governo do Estado de Santa Catarina e Prefeituras Municipais, em agosto de 2007, a partir do qual se institucionaliza o projeto dos Roteiros Nacionais da Imigração e são estabelecidos os entes envolvidos e compromissos assumidos por cada um dentro do escopo do projeto de modo geral.

A noção de gestão compartilhada se, por um lado, representa um avanço no tratamento do patrimônio cultural no Brasil, por outro, introduz a questão de divisão de responsabilidades em um esforço coletivo de preservação da paisagem. Ao integrar múltiplos atores para uma finalidade em comum, tem-se um alcance mais amplo e mais integrado de preservação, mas tal esforço pode ser dissipado uma vez que as partes são interdependentes – e a ausência de articulação entre elas, ou mesmo a inexistência de um elo, pode ter como resultado a desarticulação.

Conforme estudo elaborado por Heidtman Jr. (2013), um ponto importante da gestão da paisagem cultural da imigração é a continuidade da atividade familiar no meio rural, sendo que um dos principais problemas enfrentados é o fator econômico, com falência da pequena propriedade familiar policultura, que induz ao esvaziamento das áreas rurais e desvalorização da produção artesanal – que também é alvo de restrições legais impostas pelos órgãos de vigilância sanitária.

Outros estudos que estão sendo desenvolvidos pelo IPHAN parecem comprovar a complexidade do pacto de gestão compartilhada da paisagem. No caso do patrimônio naval, a sobrevivência econômica dos pescadores artesanais está na base da preservação de embarcações e técnicas tradicionais de construção naval, pesca e navegação. Elementos como a obtenção de madeira, regularização da carpintaria naval, o estabelecimento de limites entre a pesca industrial e a pesca artesanal, seriam questões a serem consideradas, e que extrapolam a alçada dos órgãos de preservação do patrimônio cultural (WEISSHEIMER, 2010).

Experiências de gestão de Paisagens Culturais Mundiais podem contribuir para a discussão do caso brasileiro, pois adota-se a mesma abordagem de Plano de Gestão como requisito para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial. Neste devem constar a caracterização da paisagem (em seus aspectos históricos, físicos, sociais, entre outros) e objetivos estabelecidos a curto, médio e longo prazo. Possui ainda como premissa a valorização das populações diretamente envolvidas com a paisagem como principais *stakeholders* de sua gestão, e a consideração da interação entre sociedade e meio ambiente como principal característica a ser analisada e valorizada, de modo a estimular formas tradicionais de uso do solo que articulem sustentabilidade e diversidade biológica (UNESCO, 2009).

Em estudo realizado na Paisagem Cultural da Quebrada de Humauaca (Jujuy/Argentina) sobre as políticas de desenvolvimento territorial, VECSLIR e TOMMEI (2013) sugerem a necessidade de contemplar, em um plano de gestão, não apenas ações protetivas, mas também medidas propositivas, com propostas de ações de reordenação e valorização destes sítios. Além disso, as autoras ressaltam a questão da continuidade dos planos e projetos, e a importância da manutenção de um grupo que dê continuidade aos mesmos.

4. CONCLUSÕES

Se a paisagem existe enquanto realidade empírica e representação, participando do domínio do cotidiano das populações que a produzem e reproduzem, o processo de valorização da tipologia de Paisagem Cultural e Paisagem Cultural Brasileira vem ensejando novas discussões sobre sua implementação e efetividade na preservação do patrimônio cultural, tendo em vista que a valorização integrada da paisagem a partir de sua materialidade e dos valores a ela atribuídos e a dinamicidade inerente a seu uso pelas populações

parece ser, simultaneamente, seu principal diferencial e o principal difícil desafio a ser vencido nas políticas de preservação patrimonial.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – Seção 01 – Nº 83, terça-feira, 5 de maio de 2009, p. 17 – PORTARIA Nº 127, de 30 de abril de 2009.

FONT, J. N. El retorno al paisaje. In: **Enrahonar: quaderns de filosofia**. Nº 45 – Estètica de la Natura, 2010. pp. 123-136. Acessado em 22 jan. 2013. Disponível em: < <http://www.raco.cat/index.php/Enrahonar/article/view/210161>>

HEIDTMANN JR., D. **Gestão de Paisagem Cultural da Imigração alemã utilizando Método Multicritério de apoio à decisão**. 2013. 281p. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil: Florianópolis, SC.

IPHAN. **Dossiê de Tombamento dos Roteiros Nacionais da Imigração**. Florianópolis: IPHAN, 2007.

LUCHIARI, M. T. D. P. A (Re)Significação da Paisagem no Período Contemporâneo. In: ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L.(org.). **Paisagem, Imaginário e Espaço**. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. pp. 09-28.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

UNESCO. **World Heritage Papers nº 26**: World Heritage Cultural Landscapes, a Handbook for Conservation and Management. França: UNESCO, 2009. Acessado em 05 out. 2013. Disponível em: < <http://whc.unesco.org/en/series/26/>>

VECSLIR, L.; TOMMEI, C. Hacia un proyecto territorial para un paisaje cultural: La Quebrada de Humauaca, Jujuy, Argentina. In: **Revista Bitácora Urbano Territorial**. v. 22, nº 1, enero-junio, 2013. pp. 61-74. ISSN 0124-7913. Acessado em 25 mai. 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=74829048007>>

WEISSHEIMER, M. R. Paisagem Cultural Brasileira: do conceito à prática. In: **Revista Fórum Patrimônio**. v. 05 – nº 02, ano 2012. Acessado em 15 jan. 2015. Disponível em: < http://www.forumpatrimonio.com.br/seer/index.php/forum_patrimonio/article/view/116>

WEISSHEIMER, R. Paisagem Cultural e Patrimônio Naval: novos desafios ao patrimônio cultural brasileiro. In.: **COLÓQUIO IBERO-AMERICANO PAISAGEM CULTURAL, PATRIMÔNIO E PROJETO**. 2010. Belo Horizonte (MG). **Anais...** Belo Horizonte: UFMG/IEDS, 2010. Cd-Rom.